



TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO TOCANTINS (*)

1. Introdução

O povoamento do vale do Rio Tocantins pela sociedade nacional tem ocorrido sob a influência de frentes econômicas de naturezas diversas que, comitante ou alternativamente, atuaram ao longo da formação histórica da sociedade amazônica.

O extrativismo vegetal é uma constante, em suas diversificadas formas, desde o período em que, na colônia, Portugal se voltou para a floresta amazônica, visando utilizá-la como fonte substitutiva de especiarias, ao coletar no seu interior as "drogas do sertão", em cuja tarefa utilizou a mão-de-obra escrava indígena. A história do extrativismo vegetal no Tocantins é extensa e se sucede através de ciclos descontínuos, singulares ou plurais quanto aos produtos coletados, mas sempre e invariavelmente atingindo as sociedades dos primeiros habitantes da área, os indígenas. Assim se sucederam os diversos gêneros do extrativismo vegetal: madeira, cacau, gomas elásticas (seringueira, mangabeira, caucho), castanha-do-Pará, sendo a madeira a essência mais persistentemente explorada.

À tentativa agrícola colonial, particularmente através da experiência da cultura da cana-de-

(*) - Comunicação apresentada à XXIV Reunião Anual da SBPC, Rio de Janeiro, julho de 1973. Baseia-se em pesquisas de campo realizadas pelo autor para SUDAM-SERETE e SUDAM-Hidroservice, em junho/72 e abril e junho de 1973, bem como em informações bibliográficas. Publicada com autorização da SUDAM.

açúcar, se seguiria a frente agrícola no frustrado ensaio de colonização da passagem do século XIX para o XX, e nas tentativas presentes de cultivo do arroz, extensão da frente rizícola maranhense e goiana.

À frente pastoril, principal responsável pela conquista econômica e demográfica do médio Tocantins, penetra na região em estudo como ponta avançada da pecuária nordestina, que atinge, nas franjas da floresta, suas linhas mais avançadas em direção a oeste. A pecuária ora se apresenta como atividade intersticial, ora consorciada com a extração da castanha.

Por último, há de se referir, na constante dos ciclos econômicos pioneiros; à frente mineradora, por via do extrativismo do diamante e do cristal de rocha, encontrando-se a área no limiar da nova exploração mineral empresarial do ferro e do manês na região do Itacaiúnas.

A Transamazônica e o projeto de colonização Marabá do INCRA marcam a presença da ação administrativa do poder público. A rodovia vem introduzindo substanciais alterações nos sistemas de transporte e comunicações na área.

Todas as frentes de expansão da economia nacional acima especificadas constatarem no passado e se defrontam no presente com agrupamentos indígenas aí localizados e detentores de distintas formas de organizações sociais e diferenciados complexos culturais. Tentativas fracassadas foram empreendidas objetivando a utilização da mão-de-obra indígena. No passado, a força de trabalho escrava do índio houve de ser substituída pela do negro. No presente, os ensaios tendentes a explorar a mão-de-obra barata e servil indígena redundaram em insucessos, muito embora os índios ainda possam ser vislumbrados por alguns, naquela área, como um estoque de mão-de-obra latente.

Os confrontos estabelecidos pela sociedade nacional com as tribos indígenas do Tocantins, sempre se ligaram às ações de apropriação e de exploração econômica das áreas recobertas por florestas habitadas por grupos tribais. As tentativas de atrair os índios para a convivência pacífica nos empreendimentos econômicos, ou os atos agressivos contra os mesmos, objetivando afastá-los dos territórios a serem explorados, foram práticas que repercutiram negativamente nas sociedades indígenas, levando-as à desorganização e à descaracterização cultural.

Compulsões diversas, migrações forçadas, conflitos inter-tribais, cisões internas, expedições punitivas de néo-brasileiros e contaminação por diferentes moléstias ao contato com os civilizados, foram fatores que conduziram a maioria dos grupos tribais do Tocantins ao extermínio quase total e à dependência, à marginalidade, à ambivalência alienizante em que se encontram os sobreviventes.

2. Grupos Indígenas do Vale do Tocantins

Subindo o vale do Tocantins, os primeiros agrupamentos indígenas são encontrados no município de Tucuruí, onde se localizam os seguintes grupos tribais: Akuáwa-Asurini, Gavião (de Oeste) e Parakanán.

Em área do município de Jacundá também se encontram índios Parakanán, no interior de sua Reserva.

No município de Marabá são encontradas as aldeias dos índios Djóre-Xikrin e Suruí-Mudjetire.

Em São João do Araguaia localizam-se mais dois grupos Gaviões (de Oeste).

Mais ao sul, subindo o Tocantins, estão os Apinayé, no município de Tocantinópolis, Estado de Goiás.

No espaço inter-rios situado no divisor das águas do Tocantins e de seu afluente Araguaia, encontram-se os Krahó, na Craolândia, sua reserva, e os Xerente, também no interior de território a eles reservado.

Em Conceição do Araguaia e em Santana do Araguaia, no Estado do Pará, podem ser encontradas algumas famílias Karajá, bem como em Xambioá, Goiás, em área que lhes foi reservada por ato do Governo do Estado. Os Karajá, no entanto, habitam predominantemente na Ilha do Bananal e na área vizinha de Mato Grosso, no vale do Araguaia.

Em território matogrossense, também no vale do rio Araguaia, localizam-se grupos Tapirapé e, mais ao sul, um grupo Xavante, no rio das Mortes, afluentes do Araguaia.

No vale do Tocantins e de seu afluente Araguaia ainda existem índios isolados, os Avá-Canoeiros, nos contrafortes da Chapada dos Viadinhos, Goiás. Já foi estabelecido contato e atraído um pequeno grupo Avá-Canoeiro, estando os demais sob trabalho e atração.

Os gaviões de Oeste se constituem de três grupos classificados como Timbira, de fala Jê, que habitam hoje a região de florestas tropicais do vale do Tocantins. Provêm mais remotamente dos campos maranhenses.

Os índios Gaviões presentemente são considerados pacificados, após anos de conflitos com castanheiros no vale do Tocantins. Encontram-se em contato permanente com a sociedade nacional, porém sob o controle dos Postos Indígenas da FUNAI.

Um dos grupos dos Gaviões de Oeste habita junto ao P.I. Gavião da Montanha, no município de Tucuruí, à margem direita do Tocantins, quase em frente à sede municipal. Suas terras se constituíram em reserva por ato do Governo do Estado do Pará. Os 15 índios aí localizados não se encontram, presentemen-

te, em conflito ou sob pressão direta de frentes econômicas e, a curto prazo, não são suscetíveis de contatos intensos com frentes de trabalho empenhadas em projetos governamentais, de vez que, em termos imediatos, não se realizarão obras que afetem sua reserva (1). Há, todavia, projetos rodoviários objetivando a interligação entre municípios do vale do Tocantins com municípios situados nos rios Mojú, Capim e Acará, bem como com a Belém-Brasília, que poderão afetar aquele território indígena.

Os outros dois grupos, constituídos de cerca de 78 índios, estão localizados no castanhal Mãe Maria, área também reservada aos Gaviões pelo Governo paraense. Esta reserva está demarcada e se localiza no município de São João do Araguaia, existindo em seu interior um Posto da FUNAI.

Um dos grupos Gaviões do Tocantins se manteve arredio até 1968, quando a FUNAI o atraiu para a gleba Mãe Maria. Encontrava-se no Maranhão, no interior do município de Imperatriz, em área que foi considerada pelo Governo Federal interdita para fins de pacificação do referido grupo. Estando integrada na frente pecuária, aquela área oferecia campo livre aos conflitos entre os índios e os regionais. Mesmo após a interdição da área, as agressões recíprocas entre índios e civilizados provocavam mortes, já que a frente pecuária avançava irrefreadamente pelas terras Gaviões. Assim, os índios foram transferidos para o local onde se achava o antigo grupo Gavião de Praia Alta, sob as vistas da FUNAI. Sendo, todavia, a área em que se localizaram esses dois grupos tribais cortada pela rodovia estadual PA-70, a Belém-Marabá, e estando encravada em região de franco desdobramento agropecuário, a despeito da presença do Posto da FUNAI, os Gaviões estão em constante tensão, ante as pressões que sobre eles são exercidas pelos representantes das frentes econômicas na-

(1) - No caso da concretização do projeto de construção da hidro-eletrica do Tocantins, esse grupo Gavião será certamente molestado.

cionais em expansão. Sabe-se da persistência de conflitos entre estes índios e criadores de gado, nos dias atuais. (2)

Pacificados, em contato permanente, porém não integrados à sociedade nacional, esses grupos mais ocidentais dos Timbiras não se converteram em mão-de-obra real na economia regional, podendo quando muito serem considerados como mão-de-obra latente nos castanhais. Vivem hoje em total dependência em relação a Postos Indígenas, marginalizados da sociedade nacional envolvente e em processo de franca depopulação.

Os Akuáwa-Asurini, grupo indígena de fala Tupi, presentemente habitam junto ao Posto Indígena da FUNAI, no igarapé Trocará, afluente da margem esquerda do Tocantins, município de Tucuruí. A pacificação desse grupo tribal teve início em 1953, quando um bando foi atraído pelo SPI para o Trocará. Outros bandos ficaram arredios, no meio das matas.

Os Assurini praticam alguma coleta de castanha e agricultura de subsistência. Estão experimentando um processo de extinção enquanto grupo tribal, encontrando-se na condição de dependentes do Posto da FUNAI. Não integrados à sociedade nacional inclusiva, que não conseguiu transformá-los em mão-de-obra barata, estão, no entanto, em contato permanente e pacífico com ela, enquanto sob a assistência do órgão tutelar e segregados junto ao Posto Trocará, no interior de sua reserva já demarcada. O P.I. dista cerca de 30 km de Tucuruí, ao norte desta cidade, em local de difícil acesso. São cerca de 73 índios que falam também portugueses.

Os índios Parakanán, que habitam terras situadas à esquerda do rio Tocantins, são uma tribo parcialmente isolada e não pacificada, situando-se no elenco dos grupos tribais menos conhecidos do

(2) - O traçado da futura rodovia PA-62, a Belém-Marabá, cortará a Reserva Mãe Maria dos Gaviões.

país. A FUNAI tem empreendido esforços no sentido de atrair os Parakanán, para cujo objetivo tem utilizado turmas de atração, que tem penetrado em seu território, já tendo conseguido atrair um grupo, que habita no interior da Reserva Parakanán. Este grupo, composto de cerca de 160 índios, em 1973, se iniciou na coleta de castanha.

Existem mais dois grupos Parakanán isolados, um na área banhada pelos rios Cajazeiras e Repartimento, e o outro no rio Anapú, entre o rio Repartimento e a cidade de Tucuruí. Atuam na área dois grupos de atração da FUNAI, um dos quais à margem do igarapé Lontras, perto de Jatobal.

A população Parakanán é estimada em torno de 400 índios.

Para os Parakanán foi criada uma Reserva Indígena em 1971. Não se encontra ainda demarcada e está localizada parcialmente no município de Jacundá, estendendo-se para além do vale do Tocantins. A rodovia Transamazônica é o limite sul da Reserva Parakanán, fato esse pouco tranquilizador, tendo em vista as francas possibilidades de se efetivarem fricções interétnicas que poderão avolumar-se na área de influência da estrada.

Os Suruí-Mudjetire, índios de língua Tupi, são antigos habitantes da região do rio Itacaiúnas, às margens do igarapé Sororozinho, afluente do Rio Sororó, que por sua vez é tributário do Itacaiúnas, no Município de Marabá. Presentemente cerca de 130 Suruí estão pacificados e em contato intermitente com a sociedade nacional. A área indígena habitada pelos Suruí foi considerada, por ato federal, interdita para fins de pacificação do grupo.

Antigos habitantes da região do rio Itacaiúnas, os Djóre-Xikrin se constituem em grupos tribais Kayapó, de fala Jê. Os Xikrin hoje encontram-se divididos em dois grupos, um localizado no Rio Bacajá, no vale do rio Xingu, e o outro no rio Cae-

teté, afluente do Itacaiúnas, local no qual se tem notícias de sua presença já no início do século XX.

Os Xikrín do Caeteté estão pacificados e em contato intermitente com a sociedade nacional em sua fração local. O território do Itacaiúnas ocupado pelos Djóre-Xikrín não foi institucionalizado como reserva indígena, embora tenha seus limites conhecidos e definidos.

320 índios Apinayé acham-se distribuídos em duas aldeias, São José e Mariazinha, ambas localizadas no município de Tocantinópolis, Estado de Goiás. Na aldeia São José encontra-se instalado o P.I. Apinagés, estando programada a instalação de outro Posto junto à aldeia Mariazinha. Localizados em área de extrativismo vegetal (babaçu), os Apinayé fazem da coleta do babaçu sua atividade econômica principal.

Encontram-se em contato permanente com a sociedade nacional, Grupo de língua Jê, todos seus integrantes são bilíngues, falando a língua materna, bem como o português.

O território Apinayé não está demarcado.

Os índios Karajá, filiados ao tronco linguístico Macro-Jê, habitam em diferentes sítios ao longo do rio Araguaia. No município goiano de Xambioá, onde está instalado o P.I. Xambioá, habitam 54 Karajá (do Norte). Com este grupo se encontram índios provenientes de outras tribos: uma família Guaraní, uma família Xerente e um índio Javaé. Alguns integrantes daquele grupo Karajá habitam no município paraense vizinho de Conceição do Araguaia, na margem esquerda do rio Araguaia.

Esse grupo Karajá, que se constitui no agrupamento mais setentrional desse povo (razão porque são denominados Karajá do Norte), muito embora esteja localizado em área dominada pela economia agro-pecuária, dedica-se apenas a uma pequena cultu-

ra de arroz e à coleta de frutas silvestres, nas matas que caracterizam a vegetação da região.

Apesar de subsistirem aldeados, os Karajá do Norte estão em contato permanente com a sociedade nacional e todos falam quase exclusivamente o português.

Mais ao sul, no município paraense de Santa na do Araguaia, são encontrados 50 Karajá, que habitam à margem do Araguaia, onde têm na pesca sua atividade econômica básica, mesmo estando envolvidos pelas ondas da economia pecuária da sociedade nacional. São bilíngues. Sua aldeia está instalada junto à sede do município.

Todavia, é na Ilha do Bananal que está localizada a maior parte da população Karajá, no interior do Parque Indígena do Araguaia, onde se acham distribuídos pelas seguintes aldeias: Santa Isabel do Morro (306 Karajá), Fontoura (283) e Canuanã (330). Mais ao norte, fora do Parque Indígena, no interior do Parque Nacional do Araguaia, dependência do IBDF, também implantado na Ilha do Bananal, habitam 199 Karajá na aldeia Macaúba, perfazendo, dessa forma, um total de 1.118 índios dessa tribo na grande ilha fluvial.

Em Mato Grosso, à margem esquerda do Araguaia, os Karajá estão em Luciara (40 índios) e em Barra do Tapirapé (100).

Toda a extensa área habitada por índios Karajá na ilha do Bananal e em Mato Grosso está comprometida com a economia pecuária em expansão. Os Karajá participam como força de trabalho na pesca, na agricultura e na pecuária, estando em avançado processo de aculturação face à sociedade nacional.

Os Krahó habitam em sua reserva, a Craolândia, situada nos municípios goianos de Piacá e Itacajá. Os Krahó estão divididos em diferentes aldeias: Pedra Branca e Pedra Furada, na área de

jurisdição do P.I. da Craolândia, e Galheiro, Santa Cruz e Cachoeira, sob a jurisdição do P.I. Xupé, em instalação. Todos os Krahó falam o português, conservando, todavia, sua língua originária, que integra a família Jê. Mantêm constantes contatos com a sociedade nacional, particularmente com os habitantes da cidade de Itacajá. Sua área, no que tange à economia nacional, é caracteristicamente agrícola (arroz) e pecuária, sendo este o sub-setor econômico dominante. Os Krahó são agricultores (arroz, milho e mandioca), praticando ainda a caça e a pesca, sendo a pecuária uma atividade que não lhes seduz. Na Craolândia habitam 613 índios Krahó, sendo 128 na aldeia Pedra Branca, 31 na aldeia Pedra Furada, 39 na aldeia Santa Cruz, 112 na aldeia Galheiros e 203 na aldeia Cachoeira. De mistura com os Krahó existe uma família Xerente de 4 pessoas.

Localizada no município de Tocantínia, a Reserva Xerente contém uma população de 533 índios Xerente distribuídos pelas seguintes aldeias: aldeia da sede (141), Funil (59), Gurgulho (65), Baixão (10), Caetetú (10), Santa Cruz (47) e Rio do Sono (201). No interior da reserva estão instalados dois Postos Indígenas: Xerente e Rio do Sono. A língua Xerente de origem Jê é falada ao lado do português. Sua atividade econômica principal é a pesca, dada à abundância de peixes no Tocantins.

Cerca de 80 Tapirapé habitam no vale do Araguaia, município de Luciara, Mato Grosso, onde atua a Missão das Irmãs de Jesus. Estando localizados próximo a grupos locais Karajá, os Tapirapé temem os Karajá e vivem sob o domínio mágico destes, que possuem prestigiosos feiticeiros. São agricultores, porém estão envolvidos pela frente pecuária matogrossense.

No interior da Reserva Pimentel Barbosa, na área do rio do mesmo nome, habitam 215 Xavante, que ainda se encontram em grande estado de pureza cultural. Raros falam o português. Sua reserva, on

de funciona o P.I. Rio das Mortes, está cercada por fazendas de gado, porém os Xavante se dedicam exclusivamente à agricultura, à caça e à pesca.

Os grupos Avá-Canoeiros ainda não constatados estão isolados no interior do município de Formoso do Araguaia, nos contrafortes da Chapada dos Viadeiros. Sendo nômades, penetram também nos municípios de Cavalcante, Uruaçu e Niquelândia, em área de pecuária e agricultura.

3. Territórios Indígenas no Tocantins

As áreas reservadas aos indígenas, no Brasil, são suscetíveis de serem agrupadas em duas grandes categorias:

- áreas reservadas exclusivamente aos índios e
- áreas reservadas não exclusivamente aos índios, mas nas quais os silvícolas têm garantidos seus direitos à terra e à auto preservação cultural e bio-social (3).

Integrando o primeiro grupo, existem os seguintes tipos de territórios indígenas:

- a) Parque Indígena (4)
- b) Reserva Indígena (5)
- c) Área Interdita (6).

Os diferentes tipos de territórios indígenas são criados através de atos legislativos, sendo

(3) - As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis e a eles cabe sua posse permanente, sendo reconhecido seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes (art. 198, da Constituição Brasileira - Emenda Constitucional nº 1/69). A Fundação Nacional do Índio - FUNAI - é o órgão ao qual incumbe o exercício do regime tutelar do índio (Arts. 2º e 3º do Decreto nº 68.377, de 19/05/1971).
Notas 4, 5 e 6 na página seguinte.

que os parques e as reservas têm fins duradouros, en quanto que as áreas interditas devem ser desinterditadas tão logo seja atingido o objetivo específico para o qual foram interditas. As áreas interditas podem tornar-se reservas ou parques, como ocorreu com a área destinada à pacificação dos grupos tribais Cintas-Largas e Nambikwára, que foi transformada no Parque Indígena do Aripuanã.

Além dessas áreas, há terras habitadas por grupos indígenas ainda não oficializadas, mas sobre as quais os ocupantes índios têm direitos expressos na legislação indigenista brasileira.

São dos seguintes tipos as áreas reservadas não exclusivamente aos índios (7):

- a) Parque Nacional
- b) Floresta Nacional
- c) Reserva Florestal
- d) Reserva Biológica
- e) Floresta Remanescente
- f) Floresta Protetora
- g) Floresta.

- (4) - Os Parques, ora são denominados Parque Nacional (v.g. Parque Nacional do Xingú), ora Parque Nacional Indígena (v.g. Parque Nacional Indígena do Tumucumaque).
- (5) - As Reservas Indígenas são criadas pelo Governo Federal ou pelos Governos Estaduais.
- (6) - Áreas podem ser interditas com diferentes fins: pacificação de grupo indígena; criar condições para que a FUNAI promova a regularização das terras indígenas; para evitar intrusões e erradicar as existentes.
- (7) - O Código Florestal (Lei nº 4.771/65) considera de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas. O ato que criou o Parque Nacional Indígena do Tumucumaque (Decreto nº 62.998/68) determina que são áreas reservadas aos índios os parques e reservas florestais, criados em leis ou decretos, desde que nelas habitem, no todo ou em parte, tribos indígenas.

No vale do rio Tocantins e tributários existe as seguintes áreas reservadas exclusivamente aos índios:

a) Parque Indígena do Araguaia

Criado através do Decreto nº 69.263, de 22/09/71, com seus limites estabelecidos no mesmo ato, situa-se no município goiano de São Miguel do Araguaia, na ilha do Bananal, em meio ao rio Araguaia, onde se encontram as aldeias Karajá. A jurisdição do Parque se estende até parte do município matogrossense de Luciara, banhada pelo Araguaia, onde também se localizam aldeias Karajá e Tapirapé. No Parque Indígena estão instalados os seguintes Postos Indígenas: Canoanã, Santa Izabel, Fontoura e Tapirapé, havendo ainda o Posto Macaúba, ao norte, também no interior da ilha, na parte reservada ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

b) Reserva Parakanán

Esta Reserva originou-se com o Decreto nº 68.913, de 13/07/1971, que estabeleceu seus limites. Com 7.200 ha. de extensão, a Reserva Parakanán está localizada no Estado do Pará, parcialmente no município de Jacundá, no vale do Tocantins, estendendo-se até penetrar no município de Bagre, fora da área tocantina. A Reserva se destina aos índios Parakanán, estando instalados em seu interior o P.I. Parakanán. Há dois postos de atração para os grupos Parakanán arredios.

c) Reserva Xerente

Institucionalizada pelo Decreto nº 71.107, de 14 de setembro/1972, que estabeleceu seus limites, situa-se no município de Tacantínia, Goiás. Habitam em seu interior os grupos indígenas Xerente, estando aí instalados o P.I. Xerente e o P.I. Rio do Sono.

d) Reserva Indígena Pimentel Barbosa ou do Rio das Mortes

Com a extensão de 224.200 ha., esta Reserva foi instituída juntamente com outras duas Reservas Indígenas, todas destinadas aos Xavante. O ato que as criou foi o Decreto nº 65.212, de 23/09/1969, o qual foi modificado pelo Decreto nº 65.405, de 13/10/1969, que por sua vez foi complementado pela Portaria nº 1.104, de 19/09/1972 do Min. do Interior, que definiu os limites das três Reservas. A Reserva Pimentel Barbosa situa-se no município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso e em seu interior está em funcionamento o P.I. Rio das Mortes.

e) Reserva Gavião

Foi institucionalizada pelo Decreto estadual nº 252, de 9/03/1945, com 7.000 ha. Destina-se aos índios Gaviões (de Oeste), que se encontram sob o controle do P.I. Gavião da Montanha, à margem direita do Tocantins, no município de Tucuruí, Estado do Pará.

f) Reserva Akuáwa-Asurini

Este território indígena foi institucionalizado através de processo de demarcação de terras. Mede 75.600 ha, estando localizado no município de Tucuruí (Pará), na área do igarapé Trocará, afluente pela margem esquerda do Tocantins. Destinada aos índios Akuáwa-Asurini, encontra-se instalado na área de sua jurisdição o P.I. Asurini do igarapé Trocará.

g) Reserva Indígena Mãe Maria

Criada pelo Decreto estadual nº 4.503, de 28/03/1943, tem em seu interior dois grupos locais Gaviões, bem como o P.I. Mãe Maria. Está localizada no município de São João do Araguaia, no Estado do Pará e contém 103.000 ha.

h) Craolândia (Reserva Krahó)

O Governo do Estado de Goiás instituiu-a pelo Decreto-lei nº 102, de 5/08/1944, localizada em áreas dos municípios de Piacá e Itacajá, e destinada aos índios Krahó. Na Craolândia estão em funcionamento os Postos Indígenas da Craolândia e Xupé.

i) Reserva Indígena Xambioá

Território já demarcado, instituído pelo Governo de Goiás em 1944. Nele habitam índios Karajá do Norte, atuando em seu interior o P.I. Xambioá. A Reserva está integrada no município de Xambioá.

j) Área Interdita Gavião

Área interdita pelo Decreto nº 63.515, de 31/10 de 1968, "para evitar novos intrusamentos na área discriminada e erradicar os já existentes", no município de Imperatriz, Estado do Maranhão. Os índios Gaviões que se encontravam em seu interior hoje se encontram na Reserva Mãe Maria, motivo porque a FUNAI solicitou a desinterdição da área.

1 - Área Interdita Suruí-Mudjetire

Através do Decreto nº 63.367, de 8/10/1968, o Governo Federal interditou temporariamente uma área de 163.000 ha., habitada pelos índios Suruí-Mudjetire e situada nos municípios paraenses de Marabá e São João do Araguaia. A interdição, segundo o ato que a promoveu, se destina a criar condições para que a Fundação Nacional do Índio, "a salvo de qualquer tipo de ingerência, promova a regularização definitiva das terras indígenas existentes na área, através da medição, demarcação e registro da propriedade, visando ao seu posterior aproveitamento econômico, segundo a política indigenista em vigor". A área interdita Suruí esta localizada em terras banhadas pelo igarapé Sororozinho, afluente do

rio Sororó, que por sua vez é tributário do rio Itacaiúnas, um dos mais importantes afluentes do Tocantins, no Estado do Pará.

Além desses territórios indígenas regularmente institucionalizados na área do Tocantins, pertencem de direito às sociedades indígenas todas as demais terras por elas habitadas, de conformidade com o que dispõe a legislação indigenista anteriormente citada, que lhes assegura a inalienabilidade, a posse permanente e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e demais utilidades nelas existentes.

Todavia, enquanto esses territórios não forem objeto de discriminação e definição dominial com o consequente e competente registro como patrimônio indígena eles serão sempre objeto atual ou potencial de interesses, pendências e conflitos opostos aos direitos dos povos tribais.

Nessa situação encontram-se os seguintes territórios indígenas na área em estudo:

- a) Área habitada pelos Djóre-Xikrín, no rio Caeteté, afluente do Itacaiúnas, no município de Marabá, Estado do Pará. A FUNAI instalou um Posto Indígena na área. O território Xikrín é conhecido. Em duas oportunidades, realizando estudos técnicos para a SUDAM, sobre grupos indígenas da Amazônia, propusemos a criação da Reserva Xikrín do Itacaiúnas. Por sua vez, a Fundação Nacional do Índio intenta um projeto mais ambicioso, tal seja a criação do Parque Indígena Kayapó, englobando os territórios dos Xikrín do Caeteté e de seus vizinhos também kayapó do vale do rio Xingú, Gorotire, Kuben-Kran-Kegn e Krokraymôro.
- b) Área habitada pelos Apinayé, à margem esquerda do Tocantins, no norte do Estado de Goiás, cujos limites são conhecidos, mas que não está demarcada. Em seu interior atua o P.I. Apinagés.

- c) Área habitada pelo grupo Karajá, no município de Santana do Araguaia, sul do Estado do Pará, à margem esquerda do rio Araguaia.
- d) Área habitada pelos Avá-Canoeiros, nos municípios de Formoso do Araguaia, Cavalcante, Uruaçu e Niquelândia. Encontrando-se esses índios ainda parcialmente arredios e isolados em territórios de franco desdobramento das frentes pecuárias e agrícola, objetivando sua proteção física e o resguardo de seus direitos territoriais, consideramos ser conveniente a interdição provisória da área, enquanto os trabalhos de atração se desenvolvem.

Face ao avanço irreprimível (os fatos isto estão a indicar!) das novas frentes econômicas - pecuária, agrícola, mineradora, madeireira - na área do Tocantins e de seus tributários, frentes estas que contam com facilidades e incentivos e que estão ocupando os territórios da Amazônia e do centro-oeste antes ainda não integrados à economia nacional, a alternativa que admitimos como um último esforço para preservar biológica e culturalmente os grupos indígenas presentes na área está na manutenção dos territórios tribais ali existentes. As terras indígenas devem ser delimitadas no terreno, demarcadas e registradas em Cartório de Registro de Imóveis como patrimônio indígena sob a tutela da FUNAI. Esses territórios necessitam de ser efetivamente garantidos aos seus legítimos donos, os agrupamentos tribais, e para tanto devem ser objeto de rigorosa fiscalização, a fim de evitar invasões e perturbações da vida das sociedades indígenas. A realidade presente desses territórios é um testemunho de agressões ao patrimônio indígena.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARNAUD, Expedito - "Notícia sôbre os índios Gaviões de Oeste - Rio Tocantins, Pará-", Bol. do Mus. Paraense "Emilio Goeldi", nº 20, Belém, 1964.
- "A Ação Indigenista no Sul do Pará (1940-1970)", Bol. do Mus. Paraense "Emilio Goeldi", nº 49, Belém, 1971.
- "Breve informação sôbre os índios Asuriní e Parakanán: Rio Tocantins, Pará", Bol. do Mus. Paraense "Emilio Goeldi", nº 11, Belém, 1961.
- FRIKEL, Protásio - "Notas sobre a Situação Atual dos índios Xikrín do Rio Caeteté", Rev. do Mus. Paulista, vol. XIV, São Paulo, 1963.
- LARAIA, Roque de Barros e MATTA, Roberto da - "Índios e Castanheiros", Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1967.
- MATTA, Roberto da - "Notas sôbre o contacto e a extinção dos índios Gaviões do médio rio Tocantins", Rev. do Mus. Paulista, vol. XIV, São Paulo, 1963.
- MELATTI, Júlio Cezar - "Índios e Criadores", Inst. de Ciências Sociais da Univ. Fed. do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1967.